

16.º

CONGRESSO DOS
ARQUITECTOS

2-4

CHANGEMATTERS.
ARQUITECTOS.PT

SÃO MIGUEL,
AÇORES

MAI

2023



CONCLUSÕES
DO 16.º CONGRESSO
DOS ARQUITECTOS

ROTEIRO
PARA A MUDANÇA
- QUALIDADE
E SUSTENTABILIDADE
PARA CONSTRUIR
O [NOSSO] FUTURO

Com os motes da circularidade, transição digital, inclusão e governança, este congresso demonstrou que a mudança para a qualidade com sustentabilidade é possível e que importa a todos, dentro e fora da comunidade técnica que aqui se encontrou.

Ficou claro nesta ampla reunião que o caminho para essa mudança é muito exigente e também desafiante e mobilizador, implicando domínios onde o arquiteto desempenha variados papéis:

- o conhecimento interdisciplinar em atualização permanente;
- a regulamentação viável da construção e da profissão;
- a garantia de condições para o exercício da profissão;
- a atualização tecnológica;
- a inclusividade e resposta a emergências sociais,
- a participação dos arquitetos na administração pública com papéis de liderança favoráveis à disseminação da qualidade; e naturalmente,
- a criatividade arquitectónica.

A conjuntura atual de crise económica e de guerra em território Europeu é um momento grave a que os arquitectos devem dar resposta e que acentua o desafio da crise climática e energética.

A guerra é a antítese da arquitetura, da sustentabilidade e da ecologia, é a destruição da vida.

O impacto carbónico da Guerra e a crise inflacionista não nos devem travar no caminho para a sustentabilidade ambiental, energética e climática. A sustentabilidade é uma esperança e uma oportunidade de criação de um novo futuro, já traçado desde há muito pelas bases da Economia Ecológica, pela teoria dos Limites do Crescimento, e pelos movimentos sociais de várias geografias.

Num momento em que as desigualdades sociais, intergeracionais e interplanetárias se agudizam, os arquitetos precisam de se capacitar para responder aos desafios.

Esta é a mudança de paradigma que se impõe, pois os arquitetos foram agentes da escalada carbónica no passado concretizando modos de produção e consumo industriais.

Hoje, somos responsáveis por tentar contribuir para a contração carbónica e para um extrativismo decrescente e de circularidade contínua. Expandir os Rs incluindo o recusar, reduzir, reutilizar, reciclar e reinventar a que se acrescenta o cuidar e manter. E ponderar dizer não.

Mas qual o caminho?

O 16.º Congresso da Ordem dos Arquitectos - Qualidade e Sustentabilidade para construir o futuro, resultou num momento histórico para a instituição, ultrapassando as 900 inscrições e reunindo conteúdos que podem ser visualizados posteriormente em acesso livre.

Foi evidente a convergência quanto à importância da sustentabilidade, assente na consciência da finitude dos recursos e do reconhecimento da biosfera como a casa comum. É assinalável a grande diversidade e representatividade da nossa comunidade disciplinar, que pôde aqui expor o seu pensamento, aspirações e preocupações sobre a matéria, desde os diferentes pontos de vista: da prática arquitetónica e urbanística, do projeto, do planeamento, da regulação, da administração e governação, da encomenda e contratação, e também da teoria e investigação.

Vimos ao longo do congresso, em palestras, moções, comunicações e recomendações que para continuar a construir a cidade e o território, criar e recriar habitação para todos e mostrar que a arquitetura tem soluções é necessário estabelecer um roteiro para a mudança com base nas seguintes orientações:

- preservar e valorizar o ciclo de vida dos edifícios;
- não deixar condicionar a inovação conceptual da arquitetura pela regulamentação;
- planear e implementar a transição digital do setor;
- reforçar a qualidade do projeto como garantia do interesse público;
- garantir que toda a habitação é construída com o mesmo critério de qualidade e equidade;
- garantir um compromisso pelo direito universal à arquitetura;
- continuar na dianteira da revisão do regime das acessibilidades;

- promover um urbanismo instrumental, democrático e de qualidade;
- promover a literacia ambiental a partir de um colégio de especialidade da Sustentabilidade;
- melhorar a qualidade da organização institucional da Ordem;
- refletir sobre a ética profissional informando a redação do código deontológico;
- reorganizar a peritagem e revisão de projeto;
- melhorar a comunicação com os membros e entre as estruturas da Ordem.
- promover, valorizar e sensibilizar para a Arquitetura e Paisagem;

Vale a pena reforçar âmbitos prementes: as intervenções abordaram a otimização dos recursos na construção e a aplicação do conhecimento que temos sobre energia e clima e suas implicações na organização do espaço e do território. Foi recomendada a fusão com a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas;

Abordaram, também, a inventariação e reativação do património local e do edificado comum, a simplificação e implementação dos instrumentos de gestão territorial, a ampliação dos conteúdos do ensino, e ainda a urgência da habitação que merece especial destaque.

A construção ou requalificação de habitação deve ser uma oportunidade de reinvenção do espaço público, garantido o direito à cidade.

Neste momento de urgência deve-se repensar e encontrar novos instrumentos para dar continuidade à cidade para todos. O quadro regulamentar condiciona a qualidade dos projectos e a resposta adaptada às necessidades da vida contemporânea.

Assim, e não só para habitação, o congresso indicou a necessidade de um Código de Edificação que consagre os princípios de todas as dimensões de sustentabilidade.

Este encontro marca a maturidade do momento que atravessamos, de superação da tomada de consciência para sermos agora agentes da necessária e urgente mudança. Nesse sentido, ficou clara a importância de criar uma nova

estrutura capaz de promover as ações da transição ecológica no apoio à prática arquitectónica e urbanística através de um Colégio de Especialidade que concentre o tema do ambiente, da ecologia e da sustentabilidade.

Num momento de inevitável transição digital - no projeto, como no licenciamento - qualificar a prática profissional implica passar da sobre-legislação para a promoção e disseminação de boas práticas e orientações que permitam o cumprimento de objetivos de interesse público.

O domínio do arquiteto e projetista expande-se para além da conceção de objetos e edifícios, retomando áreas de intervenção negligenciadas, um renovado papel na administração pública, novos métodos de planeamento e de investigação, novos âmbitos de informação, de conceção e (re)construção.

A profissão será diferente da de gerações anteriores. Com responsabilidades de futuro, dando nova atenção aos processos de regeneração, à habitabilidade, ao conforto e segurança do que é construído e aos fluxos de materiais e de emissões de carbono incorporados nestes processos.

Com esta visão, a comunidade técnica sai reforçada deste congresso, coesa, unida, mas também mais aberta ao que se passa fora dela, às necessidades da sociedade nas gerações presentes e futuras. Ficamos conscientes da relevância em assumir a dianteira em iniciativas centrais para o interesse público e o exercício da profissão.

O valor do local e a fixação do arquitecto no território, considerando as assimetrias das entidades da administração pública e a necessidade de um trabalho situado dará a garantia de melhores resultados no ambiente e na paisagem - que são o legado que deixamos às gerações futuras.

A Região dos Açores, este lugar que acolheu tão bem o Congresso, é um território vulnerável que se encontra nas encruzilhadas que discutimos. E, por essa razão, é sem dúvida o local certo para assumirmos um compromisso para com o roteiro para a mudança.